

#### **6.4 PASSIVOS AMBIENTAIS**

Passivo Ambiental é o acúmulo de danos infligidos ao meio natural por uma determinada atividade ou pelo conjunto de ações humanas, que produzem riscos para o bem estar da comunidade e que devem ser reparados a fim de que seja mantida a qualidade ambiental de uma localidade.

O diagnóstico ao longo da BR-101/ES aponta para a existência de 84 passivos ambientais às margens da rodovia, sendo que aqueles relacionados com processos erosivos são maioria, representando 66 pontos, perfazendo um total de 79% do número de passivos ambientais.

Além destes foram identificados também:

- Áreas de empréstimo: 4 pontos;
- Possibilidade de queda de árvores: 4 pontos;
- Invasões na faixa de domínio: 6 pontos;
- Disposição irregular de resíduos: 3 pontos; e
- Rocha nas margens da rodovia: 1 ponto.

Os passivos foram trabalhados em fichas construídas conforme solicita o Termo de Referência. As fichas de passivos do Meio Físico encontram-se no anexo 6.1 - II. Do Meio Socioeconômico, nas fichas de campo, anexo 6.3 - II estão descritos os pontos de domínio e também os mapas de desapropriação no Caderno de Mapas.

#### **Passivos Meio Biótico**

Tendo ciência de que Passivo Ambiental é o acúmulo de danos infligidos ao meio ambiente por uma atividade ou conjunto de ações antrópicas, que possam afetar a coletividade, devem ser tomadas medidas para manter a qualidade do ambiente em questão.

No que se refere à vegetação, a implementação da duplicação da BR 101/ES poderia ocasionar a supressão de fragmentos ou remanescentes de Mata Atlântica na Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento, além de afetar as Áreas de Preservação Permanente.

Segundo a Resolução CONAMA nº 303/2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP), estas áreas e outros especialmente protegidos são instrumentos de relevante interesse ambiental, integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações. Na área de influência do empreendimento as APPs correspondem a áreas na margem de corpos d'água, em encostas e topo de montanhas.

Portanto, para que seja possível implementar o empreendimento com menos danos possíveis é necessário ter conhecimento dos locais de remanescentes de Mata Atlântica, além dos locais de APP que poderão sofrer intervenções, as consequências dessas ações e propor alternativas ou medidas que minimizem os impactos ambientais (Caderno de mapas - Tomo IV).

A retirada da vegetação em áreas na margem de corpos d'água, poderá ocasionar a formação de processos erosivos e assoreamento em rios e, em áreas de encostas e montanhas poderá ocasionar desbarrancamento e carregamento de terra na pista atual e em corpos d'água, além de possíveis acidentes à população ou a trabalhadores de obras.

A supressão da vegetação em remanescentes de Mata Atlântica poderá ocasionar a retirada de espécies vegetais raras, ameaçadas, endêmicas, de uso medicinal e econômico e afetar a fauna que depende de remanescente de vegetação para abrigo, alimento e reprodução.

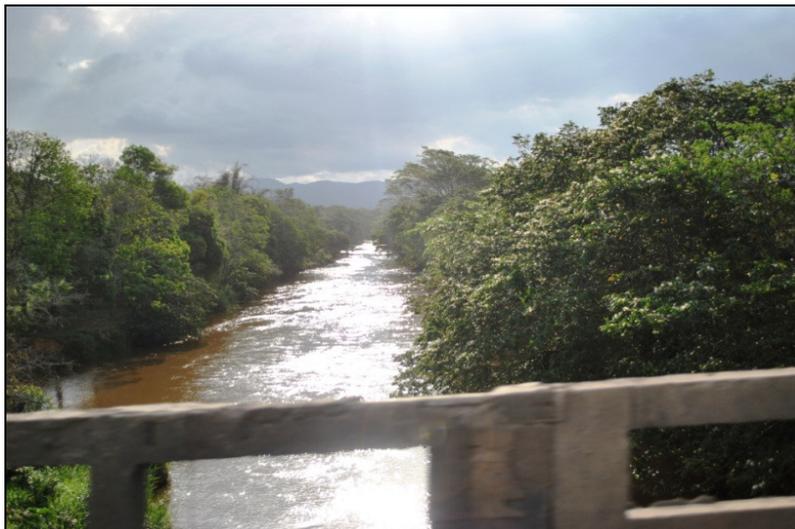
As Áreas de Preservação Permanente (APP) da área de estudo são caracterizadas pela presença de curso d'água. Foram caracterizadas 11 APP's ao longo do trecho que envolve a vegetação dos rios Jucu, Itabapoana, Itapemirim, Benevente e outros córregos.

**Tabela 6.4-1. Relação das APP's e coordenadas geográficas na BR-101.**

APP	Longitude	Latitude	Altitude
APP - Rio Jucu	347779 W	7740086 E	31 m
APP - Rio, perto de Guarapary	340020 W	7718329 E	33 m
Rio Benevente (APP)	325350 W	7711612 E	35 m
APP - Córrego (ponte)	316761 W	7704889 E	2 m
APP - Córrego (ponte)	308480 W	7697397 E	34 m
APP - Rio Safra II	285657 W	7687199 E	30 m
APP - Rio Itapemirim	284299 W	7685605 E	35 m
APP - Córrego	278860 W	7676734 E	-25 m
APP - Córrego	267301 W	7667168 E	-30 m
APP - Córrego	267020 W	7666936 E	-30 m
APP - Lagoa	261453 W	7652143 E	45 m

Os passivos ambientais identificados acima estão representados no Caderno de Mapas.

A vegetação de Floresta Ombrófila das margens dos rios Jucu e Itabapoana apresenta suas vegetações em estágio de regeneração médio a avançado.



**Foto 6.4-1. APP do rio Jucu.**



**Foto 6.4-2. Rio Itabapoana.**

Já o Rio Benevente apresenta vegetação em estágio de regeneração inicial a médio. No Rio Itapemirim pode-se observar alto grau de antropização em sua APP, com pouquíssima vegetação. Os outros córregos apresentam suas vegetações secundárias variando em estágio inicial a média de regeneração.



**Foto 6.4-3. Rio Benevente.**



**Foto 6.4-4. Rio Itapemirim.**

Uma das alternativas é a implantação da duplicação da rodovia em locais que não haja fragmentos ou remanescentes de Mata Atlântica, ou intervenções mínimas em locais de mata conservada.

Quando não há como evitar a supressão da vegetação, coletar sementes e mudas para a produção em viveiros (Programa de Resgate de Germoplasma) e plantio em outras áreas são formas de mitigação dos impactos ou ainda para recuperação de áreas degradadas no local do empreendimento. Após a retirada de material lenhoso e o aproveitamento em termos de carvão, lenha ou ainda produção de móveis e artesanatos (de acordo proprietário, respeitando os procedimentos e a legislação), a camada de solo fértil deve ser retirada e armazenada em bota-foras para posterior aproveitamento. Uma medida também seria a realocação dos indivíduos para os remanescentes de características semelhantes, que se possível, adjacentes ao empreendimento.

Como compensação ambiental o empreendedor deverá entrar em contato com o ICMBio, além de outros órgãos ambientais estaduais e municipais para auxiliar na preservação e conservação de Unidade de Conservação e áreas protegidas do Estado do Espírito Santo já implantadas, ou em processo de demarcação e/ou implantação como as Áreas Prioritárias para a Conservação descritas anteriormente para a região.

Assim apesar do empreendimento causar passivos ambientais, as medidas mitigadoras, de monitoramento e de compensação ambiental se bem implementadas poderiam ajudar na conservação e preservação de Mata Atlântica do Espírito Santo.